



CENTRO DE INTEGRIDADE PÚBLICA
Anticorrupção - Transparência - Integridade

ENERGIA

Anticorrupção - Transparência - Integridade

Edição Nº 8/2017 - Julho - Distribuição Gratuita

Questões à Volta da Ruptura de Abastecimento de Gás no País

Sem que tal constitua surpresa, há falta de gás doméstico no país. Várias são as questões que para tal concorrem.

Primeira questão: sazonalidade do mercado

A sazonalidade do mercado é uma razão determinante no dimensionamento da cadeia de logística do gás doméstico. Com efeito, nos meses de Junho, Julho e Agosto os consumos de gás doméstico duplicam em função das baixas temperaturas.

Este fenómeno está fortemente demonstrado estatisticamente, os meses frios constituindo sempre meses de abastecimento problemático. Que medidas o governo tomou para evitar a ruptura do abastecimento do gás doméstico?

Segunda questão: logística

- Como se pode compreender que o país pretenda abastecer a população com gás doméstico, quando se importam anualmente 25 000 000 kg, o correspondente a 1 kg de gás por ano por cada moçambicano?
- Como se pode compreender que Moçambique, com os seus 2.300 km de costa, seja abastecido a partir de Maputo, via rodoviária?
- Como se pode compreender que 85% das vendas ocorram no Sul, quando no Sul vive 22.80% da população, segundo os dados do último censo?

Portanto, a questão é eminentemente de logística do gás doméstico que não tem merecido, da parte do governo, a adequada atenção em termos de medidas normativas que incentivem o investimento pelas distribuidoras de forma que a distribuição se processe com normalidade.

Terceira questão: armazenagem

A armazenagem existente está toda concentrada na Matola, sendo manifestamente insuficiente, pois, cerca de 50% da mesma está alugada a uma empresa estrangeira (Addax Oryx) que faz trânsito de gás para a República da África do Sul.

As tentativas de se privilegiar a Petromoc, conferindo a esta o monopólio da armazenagem de gás doméstico, têm resultados problemáticos que se manifestam na priorização do trânsito para os países vizinhos em detrimento do abastecimento da população moçambicana. O contrato de cedência de armazenagem foi autorizado pelo governo.

Quarta questão: preço de venda ao público (PVP)

O preço de venda ao público (PVP) também afecta a cadeia de logística de forma significativa. O preço do gás doméstico é regulado pelo governo e deve incorporar todos os custos com a aquisição (importação) do produto. No mês de Junho, houve uma descida significativa do preço de venda ao público, principalmente porque o preço CIF baixou e o metical teve ganhos cambiais em relação ao dólar americano. Em concreto, o preço internacional do gás doméstico (LPG) reduziu, em Maio, de \$659.26 por tonelada para \$472.92 por tonelada, em Junho, ou seja, uma redução de 28.27%. O câmbio do metical em Maio era de 65.57 por dólar e em Junho foi de 61.97 por dólar, ou seja, uma apreciação de 5.49%. Portanto, a redução do preço do gás doméstico

- foi uma decisão meramente matemática (tal como é para os restantes produtos regulados);
- não foi uma decisão tomada em função do interesse de se privilegiar a população;
- não foi uma decisão tomada para se combater a desertificação.

Mas, ainda assim, foi uma decisão correcta, tomada em função do cumprimento da legislação em vigor.

Como se pode depreender, esta drástica baixa de preços – a par de ter ocorrido no inverno – obrigava a que se tomassem, atempadamente, medidas de reforço da logística, o que não foi feito.

Quinta questão: política de venda de gás doméstico.

Enquanto a questão mais urgente deverá, certamente, ser que meios operacionais de que Moçambique dispõe para, a curto prazo, ter gás doméstico para a população, a questão mais estruturante deverá ser que política de venda de gás doméstico adoptar para o país, incluindo o quesito da distribuição por todo o território nacional.





CENTRO DE INTEGRIDADE PÚBLICA Anticorrupção - Transparência - Integridade

Parceiros:



Reino dos Países Baixos



Norwegian Embassy

Informação editorial

Director: Adriano Nuvunga

Equipa técnica: Anastácio Bibiane, Baltazar Fael, Borges Nhamire, Celeste Filipe, Edson Cortez, Egídio Rego, Fátima Mimbire, Inocência Mapisse, Jorge Matine, Stélio Bila

Propriedade: Centro de Integridade Pública
Maquetização: Liliana Mangove

Rua Fernão Melo e Castro,
Bairro da Sommerschild, nº 124
Tel: (+258) 21 499916 | Fax: (+258) 21 499917
Cel: (+258) 82 3016391
Email: cipmoz@gmail.com
f @CIP.Mozambique t @CIPMoz
www.cipmoz.org | Maputo - Moçambique